

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Rossana de Araújo Barboza ⁽¹⁾

Clécia Pereira da Silva ⁽²⁾

Louisiana Regadas de Macedo Quinino ⁽³⁾

Mikael Lima Brasil ⁽⁴⁾

Rayane Suellen Pereira de Albuquerque Santos ⁽⁵⁾

- 1- *Enfermeira, residente em saúde coletiva no Instituto de Pesquisa Aggeu Magalhães FIOCRUZ-PE. rossana.barboza@hotmail.com.*
- 2- *Assistente Social, residente em saúde coletiva no Instituto de Pesquisa Aggeu Magalhães FIOCRUZ-PE. cleciaPereira@hotmail.com.br*
- 3- *Doutora em saúde pública pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães e Pesquisadora Assistente do Instituto de Pesquisa Aggeu Magalhães FIOCRUZ-PE. louisiana.quinino@cpqam.fiocruz.br*
- 4- *Enfermeiro, residente em saúde coletiva no Instituto de Pesquisa Aggeu Magalhães FIOCRUZ-PE. mikaelcpc@gmail.com*
- 5- *Nutricionista, residente em saúde coletiva no Instituto de Pesquisa Aggeu Magalhães FIOCRUZ-PE. rayanealbuquerque.santos@gmail.com*

INTRODUÇÃO

Com o fenômeno da transição demográfica, a população brasileira entrou em um processo sustentado de desestabilização na sua estrutura etária muito rapidamente quando comparado aos países europeus, deixando de ser um país cuja maior parcela da população é jovem e se caracterizando por apresentar o grupo etário de pessoas com 60 anos ou mais como o que proporcionalmente mais cresce, tendência esta que perdurará nas próximas décadas. Estima-se que a maior parcela da população idosa encontra-se na faixa de 60 a 64 anos, que constitui o grupo de idosos jovens, no entanto, o grupo com 75 anos ou mais foi o que apresentou maior aumento no período de 1999 a 2000, apontando a tendência de crescimento especialmente importante dos idosos mais velhos ou “muito idosos” ⁽¹⁾.

Diante disso, como uma tentativa do país de se organizar e responder às crescentes demandas da população que envelhece, destaca-se no contexto de políticas públicas no Brasil a Política Nacional do Idoso (PNI) que foi promulgada em 1994 e regulamentada em 03 de junho de 1996 pelo Decreto nº 1948. Nela, são assegurados direitos sociais à pessoa idosa por meio de condições para promover sua autonomia, sua integração e sua participação efetiva na sociedade ⁽²⁾.

O aumento da população pertencente a essa faixa etária demanda, por um lado, políticas que atendam às especificidades deste grupo, e por outro, estudos que tragam em seu cerne apontamentos e discussões acerca de tais políticas tendo em vista a proposição de ações efetivas que atuem na atenção da pessoa idosa no Brasil.

Assim, o objetivo desse estudo foi analisar o que os estudos estão abordando acerca da Política Nacional do Idoso (PNI).

METODOLOGIA

Este estudo refere-se a uma revisão sistemática que visou responder à questão norteadora: o que os estudos estão abordando acerca da Política da Pessoa Idosa no Brasil? Para tanto, recorreu-se a busca de estudos publicados em bases de dados eletrônicas (Lilacs, PUBMED-Medline e Scielo), nos últimos dez anos.

Foram utilizados os seguintes termos descritores: “Políticas”, “Idoso”, “Brasil”, e para a combinação dos descritores/termos, os operadores booleanos disponíveis, além dos filtros para exclusão de estudos que não correspondessem ao período selecionado.

As buscas ocorreram entre julho e agosto de 2017. Estabelecendo-se os seguintes critérios de inclusão: estudos originais que apresentassem resultados referentes à Política da Pessoa Idosa no Brasil; estudos escritos em Português, Inglês ou Espanhol, além de terem sido publicados nos últimos dez anos.

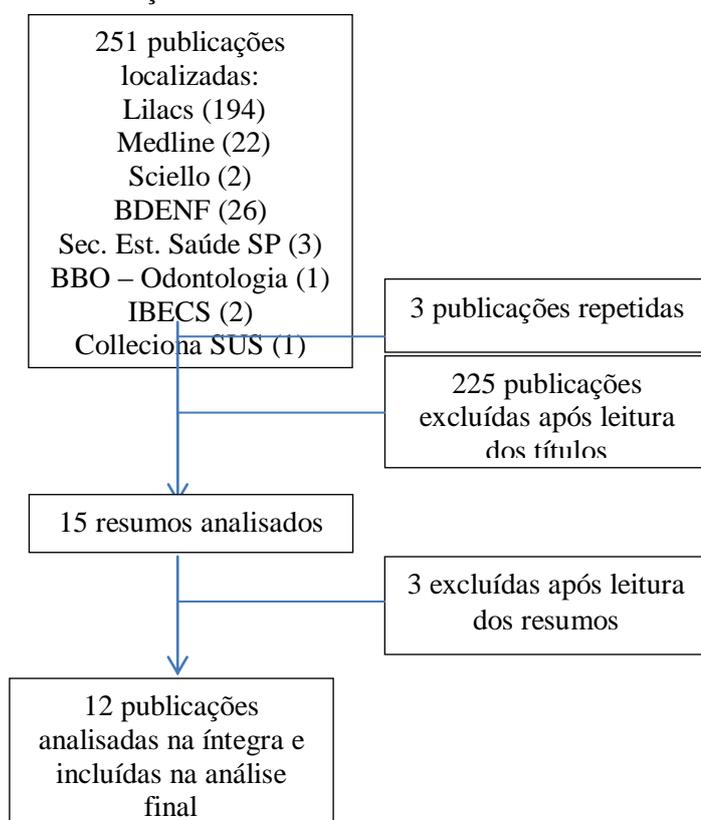
O processo de levantamento das publicações se deu, inicialmente, pela leitura dos títulos dos estudos que foram localizados nas buscas a fim de excluir aqueles que claramente não atendessem aos critérios previamente estabelecidos. Posteriormente, após leitura dos resumos dessas publicações, foram excluídos aqueles que abordaram área específica e que não abordavam a política em si. Por fim, foi realizada análise das publicações selecionadas na íntegra.

Na análise dos artigos, procurou-se extrair, apenas, dados específicos da publicação, tais como: autoria, tipo de publicação, periódico de publicação, ano de publicação, título da publicação, método de avaliação e objetivo do estudo.

RESULTADOS

Foram localizados 251 artigos nas buscas. Destes, 3 artigos eram repetidos e 225 foram excluídos pela leitura do título. Dos que sobraram, excluíram-se 3 pela leitura do resumo. Dos artigos que foram analisados na íntegra (n=15), foram excluídos 3 por não pesquisarem as políticas voltadas às pessoas idosas.

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção de estudos.



As características dos estudos (autoria, tipo de publicação, periódico de publicação, ano de publicação, título da publicação, método de avaliação e objetivo do estudo) estão sintetizadas na Tabela 1.

Tabela 1. Principais características dos estudos incluídos na revisão.

Autor	Tipo de Estudo	Periódico	Ano de Publicação	Título da Publicação	Método de Avaliação	Objetivo do Estudo
Oliveira et al. ⁽³⁾	Artigo	Rev. Kairós Gerontologia	2014	Intersetorialidade nas Políticas Públicas para o envelhecimento	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Mostrar a necessidade de políticas intersetoriais no

				no Brasil		que concernem as políticas para a população idosa no Brasil
Silva et. al. (4)	Artigo	Estud. Interdisciplinar Envelhecimento	2013	Principais Políticas Sociais, Nacionais e Internacionais, de Direito do Idoso	Revisão Narrativa: análise histórica e social	Realizar uma exposição das principais políticas sociais de direito do idoso no Brasil
Duarte e Moreira (5)	Artigo	Estud. Interdisciplinar Envelhecimento	2016	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: integralidade, fragilidade em biopolítica do envelhecimento	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Problematizar a velhice e a construção da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
Benedetti; Gonçalves e Mota (6)	Artigo	Texto e Contexto Enfermagem	2007	Uma proposta de Política de Atividade Física para Idosos	Entrevista semiestruturada + Análise Observacional	Apresentar e discutir programas de atividade física para idosos em diferentes contextos
Andrade et. al. (7)	Artigo	Ciência e Saúde Coletiva	2013	Políticas Públicas para Pessoas Idosas no Brasil: uma revisão integrativa	Revisão Integrativa	Analisar o que versam as produções científicas e os documentos legais sobre as políticas públicas para as pessoas idosas no Brasil
Marin e Panes (8)	Artigo	Rev. Do Instituto de Políticas Públicas de Marília	2015	Envelhecimento da População e as Políticas Públicas de Saúde	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Apresentar os principais movimentos das políticas de saúde em prol do atendimento ao idoso
Kutcheman (9)	Artigo	Rev. Sociedade e Estado	2012	Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Mostrar o quão inadequado é esse modelo que elege as mulheres como únicas responsáveis pelo cuidado e explora as possibilidades de um modelo que permita um envelhecimento com cidadania, no qual atuem

						família, estado e outros atores da sociedade
Fernandes e Soares ⁽¹⁰⁾	Artigo	Rev. Esc. Enfermagem	2012	O desenvolvimento de políticas públicas de amparo ao idoso no Brasil	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Discutir aspectos legais do desenvolvimento de políticas de atenção ao idoso no Brasil no contexto sociopolítico e histórico, com vistas aos aspectos que delineiam o bem-estar para pessoa idosa
Willig, Lenardt e Méier ⁽¹¹⁾	Artigo	Cogitare Enfermagem	2012	A Trajetória das Políticas Públicas do Idoso no Brasil: breve análise	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Realizar uma análise da trajetória das Políticas Públicas do Idoso no Brasil
Maio ⁽¹²⁾	Tese de Doutorado	Biblioteca Digital USP	2015	Desafios da Implementação de Políticas Públicas de Cuidados Intermediários no Brasil e a Avaliação do Ministério Público	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Analisar a atuação dos Ministérios Públicos Estaduais e Distrito Federal em relação as Políticas Públicas de cuidados de longa duração intermediários a pessoas idosas principalmente na modalidade centro-dia.
Otoni ⁽¹³⁾	Dissertação de Mestrado	Cogitare Enfermagem	2012	A Trajetória das Políticas Públicas de Amparo ao Idoso no Brasil	Revisão Bibliográfica + Análise Documental	Analisar as questões relevantes a respeito da população idosa, como: envelhecimento e longevidade; idoso na antiguidade, novas dominações dos idosos, projeções de envelhecimento para as próximas décadas, depreciação do

A maioria (33,3%) dos estudos analisados foram publicados no ano de 2012, dez anos após as primeiras discussões acerca da formulação do Estatuto do Idoso, documento este, que destinou-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Apenas 16,6 % foram publicados nos anos de 2013 e 2015, e 8,33% nos anos de 2007, 2014 e 2016. Resultado este que evidencia a ausência de publicações desta natureza nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2017 (até o momento).

Observa-se uma predominância dos estudos com abordagem qualitativa, tendo, a grande maioria, utilizado como método de avaliação a revisão bibliográfica associada à análise de documentos oficiais.

Não foi possível observar significância para viabilizar a avaliação do local de realização dos estudos, visto que, 83,4% dos estudos, não mencionavam o local de realização da pesquisa. Os outros 16,6% foram realizados na região sudeste (São Paulo e Minas Gerais), região esta que concentra 69% da população idosa no Brasil.

Em relação às abordagens, ambos os textos fazem considerações acerca da legislação brasileira e as políticas públicas de atenção à pessoa idosa e discutem conceitos inerentes à política. Contudo, apresentam objetivos diversos, conforme exposto no quadro acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir das análises realizadas percebe-se que grande parte dos trabalhos classificavam-se como revisão bibliográficas, essas por sua vez, em sua maioria relatavam apenas marcos legais de instituição de políticas públicas para a população idosa, sem apresentar uma análise crítica acerca das necessidades desse segmento da população, bem como, nota-se a ausência de estudos que discutam a eficácia e efetividade dos estatutos legais instituído.

Outro aspecto que se destaca é a ausência de publicações nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2017, esse fato ressalta escassez de trabalhos sobre a temática, assim como, de avaliações sistemáticas acerca da temática.

Diante do que foi exposto, nota-se, que muita ainda há de se avançar a acerca de estudos sobre as políticas públicas destinadas a população idosas, existe a necessidade de avaliações sobre o que foi instituído e suas ações. Bem como, a forma como o idoso é colocada nesse contexto, este sendo visto como um sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CARVALHO, José Alberto Magno; WONG, Laura Rodríguez. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v.3, p. 597-605, mar. 2008.
- 2 ROUQUAYROL, Maria Zélia; GURGEL, Marcelo. **Epidemiologia & Saúde**. 7 ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
- 3 Oliveira, A. D., Ramos, O. A., Panhoca, I. & Alves, V. L. dos S. A Intersetorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. *Revista Kairós Gerontologia*, 17 (2), pp. 91-103, 2014.
- 4 Silva, C. C., Gomes, L. G. S., Freitas, C. M. S. M., França, I. S. X., Oliveira, R. C. Principais Políticas Sociais, Nacionais e Internacionais, de Direito do Idoso. *Estud. Interdiscip. Envelhec.*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 257-274, 2013.
- 5 Duarte, C. A. B., Moreira L. E. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: Integralidade e Fragilidade em Biopolíticas do Envelhecimento. *Estud. Interdiscip. Envelhec.*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 149-170, 2016.
- 6 Benedetti, T. R. B., Gonçalves, L. H. T., Mota, J. A. P. S. Uma Proposta de Política Pública de Atividade Física Para Idosos. *Texto e Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 387-398, 2007.
- 7 Andrade, L. M., Sena, E. L. S., Pinheiro, G. M. L., Meira, E. C., Lira, L. S. S. P. Políticas Públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, n. 12, p. 3543-3552, 2013.
- 8 Marian, M. J. S., Panes, V. C. B. Envelhecimento da População e as Políticas Públicas de Saúde. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v.1, n.1, p.26-34, 2015.
- 9 Kutchemann, B. A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27 n. 1, 2012.
- 10 Fernandes, M. T. O., Soares, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. *Rev. Esc. Enferm. USP*, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012.
- 11 Willig, M. H., Lenardt, M. H., Meier, M. J. A trajetória das políticas públicas do idoso no Brasil: breve análise. *Cogitare Enferm.*, Curitiba, v.17, n.3, p.574-577, 2012.
- 12 MAIO, I. G. *Desafios para a implementação de políticas públicas de cuidados intermediários no Brasil e a atuação do Ministério Público*. 2015. 54 f. Tese – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

13 OTTONI, M. A. M. *A trajetória de políticas públicas de amparo ao idos no Brasil*. 2012. 95 f. Dissertação – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros MG, 2012.